

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ISABELA RODRIGUES LIGEIRO

TÍTULO: O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O ENFRENTAMENTO DO RACISMO A PARTIR DA SALA DE AULA

AUTORES: ISABELA RODRIGUES LIGEIRO, ISABELA RODRIGUES LIGEIRO, JOSÉ EUSTÁQUIO DE BRITO

PALAVRA CHAVE: ENSINO DE SOCIOLOGIA, RACISMO, LEI 10.639/03

RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar o trabalho de mestrado em curso no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UEMG, que tem por objetivo investigar como as práticas pedagógicas de professores de sociologia de Belo Horizonte contribuem para o enfrentamento ao racismo e para a efetivação da educação das relações étnico-raciais de acordo com a lei 10.639/03. A aprovação desse instrumento alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação assegurando a obrigatoriedade de implantação do ensino da História da África e cultura dos/as afrodescendentes e dos/as africanos/as nos currículos da educação básica das instituições escolares brasileiras, bem como na formação de professores. Essa lei é uma conquista do Movimento Negro de nosso país, que luta cotidianamente para mudar a realidade enfrentada pelo povo negro em nossa sociedade. De acordo com o último censo do IBGE, entre os 10% mais pobres, aproximadamente 74% são pretos e pardos. No mercado de trabalho, pretos e pardos são em maior proporção empregados sem carteira - pretos 17,4%; pardos 18,9%. Na educação, embora tenha havido uma redução na taxa de analfabetismo, de acordo com o IPEA, entre os negros 11,5% são analfabetos e entre os brancos 5,2%. No acesso ao curso superior o abismo também é evidente, modificado ligeiramente depois da implantação de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas. Essa desigualdade se manifesta na instituição escolar sendo que um dos propósitos da lei 10.639/03 consiste em modificar esse quadro social. Com isso é preciso que professores e equipes pedagógicas das instituições de ensino compreendam a importância dessa medida de modo a transpor os elementos da lei para as suas práticas dentro da sala de aula. Nesse sentido, o ensino da sociologia também é responsável por transformar essa realidade. A Sociologia brasileira tem sua história marcada pelos estudos étnico-raciais, seja pela pesquisa com os indígenas, ainda no século XIX, seja pela investigação sobre a população negra, as culturas africanas no Brasil ou modos de inserção da população negra na sociedade brasileira. Em meados da década de 1920, a Sociologia começa a se institucionalizar tornando-se cátedra nas Escolas Normais, tendo como norte a pesquisa sobre miscigenação racial, momento em que se fortalece a perspectiva da democracia racial orientada a partir do estudo de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala. É na década de 1930 que a Sociologia se institucionaliza academicamente, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933). Posteriormente, ocorre a formação da chamada "Escola de Sociologia Paulista" ou "Escola da USP", em 1954, sob a direção de Florestan Fernandes, que, dentre outros temas, desenvolveu principalmente pesquisas a cerca das relações raciais no Brasil. Com o golpe militar de 1964 as pesquisas foram profundamente afetadas. Após esse período, a sociologia contemporânea se propõe a pesquisar diversos temas, mas ainda se debruça sobre as desigualdades raciais imperantes em nosso país. Com isso, é preciso compreender que a história da sociologia brasileira é marcada pelos estudos das questões étnico-raciais e por isso tem o compromisso de articular essas pesquisas com as aulas de sociologia no ensino médio. A Sociologia enquanto disciplina no ensino médio tem uma história marcada pela intermitência e descontinuidade, vindo a integrar o currículo de acordo com a conjuntura política. Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394, os "conhecimentos" de sociologia são incluídos no currículo do ensino médio. Somente em 2008, com a aprovação da lei 11.684, insere-se a Sociologia como disciplina obrigatória a ser ministrada no ensino médio, mas sem versar sobre seus objetivos ou inspirações. A partir desse contexto que se intensifica a produção sobre a sociologia no ensino médio, seus objetivos, currículo, seu lugar na formação escolar. Esse processo encontra-se em curso sendo que a questão étnico-racial, além de integrar as orientações curriculares para o ensino de sociologia, apresenta-se como conteúdo a ser trabalhado de forma transversal com os outros temas, seja para implementação da Lei 10.639/03, seja para se relacionar com as pesquisas da Sociologia Brasileira. Mesmo sendo tão evidente a relação entre a Sociologia no Ensino Médio, a Sociologia Brasileira e o enfrentamento ao racismo e a Lei 10.639/03, são ínfimas as pesquisas que versam sobre essas associações. Isto posto, a proposta de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Educação da UEMG é de fundamental importância na discussão e efetivação do combate às desigualdades raciais no âmbito escolar e servirá de apoio e orientação a professores de sociologia, como também de equipes pedagógicas, que objetivam enfrentar o racismo e fortalecer a cultura negra. Para alcançar o objetivo da investigação, propõe-se realizar interlocuções com professores de Sociologia em torno de suas práticas pedagógicas, bem como observação participante de aulas e projetos desenvolvidos em escolas de ensino médio. Nesse campo, além da observação das aulas, serão feitas entrevistas narrativas com professores e estudantes sobre a temática pesquisada. Como a pesquisa encontra-se em sua fase inicial, o processo de investigação sistematizou até o momento aportes teórico-conceituais decorrentes da revisão da literatura. Mesmo assim, considera-se relevante submeter a proposta em curso para a comunidade acadêmica visando a compartilhar nossas indagações iniciais e receber sugestões críticas.